



A MEMÓRIA não pode esperar

Em um ano, Conselho tombou quatro imóveis

■ O Conselho Estadual de Cultura (CEC) é responsável pela formulação de políticas públicas e, entre outras atribuições, por promover a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico do Estado. Sua nova composição, com 20 membros titulares, tomou posse em 07 de agosto de 2008, depois de quase cinco anos de inatividade. Como a avaliação dos pedidos de tombamento é uma atribuição do CEC, nenhum bem foi tombado como patrimônio estadual nesse período e 66 processos se acumularam sem resolução. Desde que foi reativado, há pouco mais de um ano, o CEC já aprovou o tombamento de quatro imóveis e tem mais dois em processo de notificação. A primeira reunião do Conselho aconteceu em 07 de agosto de 1968.

Patrimônio. Monumentos históricos do Estado sofrem com a demora nas ações de preservação



VITOR GRAIZE
vgbatista@redegazeta.com.br
■ Há dez anos e quatro dias, a sociedade civil de Muqui dava um passo fundamental para a preservação de seu patrimônio histórico: a formação do Conselho Municipal de Cultura foi o ponto de partida para o tombamento dos 175 imóveis

1

O número

66

■ Este é o número de processos de tombamento não finalizados, sendo o mais antigo de 1982. A maior parte não tem despacho por falta de documentação.

que compõem o sítio histórico da cidade.

A iniciativa, considerada hoje muito bem sucedida por especialistas, ocorreu quando o Conselho Estadual de Cultura (CEC) deixava acumular processos de tombamento de imóveis como patrimônio estadual.

Hoje, um ano após a reativação do Conselho, desativado entre 2003 e 2008, ainda existem 66 processos de tombamento abertos e não concluídos, como a Igreja Velha de São Mateus, e a Estação Leopoldina, em Argolas, Vila Velha.

“Estamos fazendo contatos para eleger as prioridades e insistindo para obter a documentação e colocar em condição de encaminhar o processo”, afirma a subsecretária de Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura (Secult), Ana Saiter.

REATIVAÇÃO

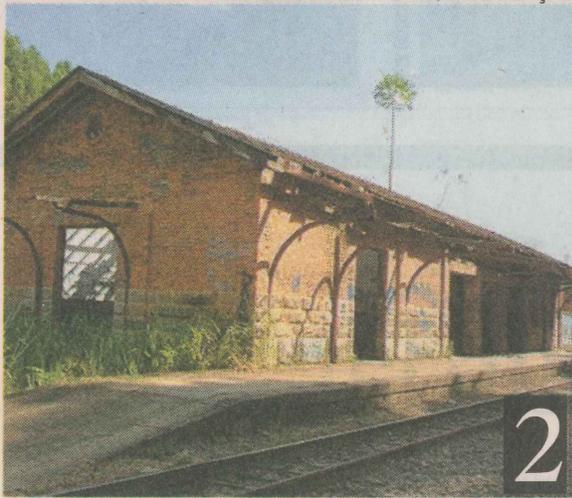
Desde a reativação, o CEC já aprovou o tombamento de quatro imóveis: a igreja e a casa paroquial de São Pedro de Itabapoana, em Mimoso do Sul; a Igreja de Nossa Senhora das Neves, em Presidente Kennedy, e a Casa de Roberto Carlos, em Cachoeiro de Itapemirim.

“A subsecretaria tem uma equipe técnica ressumidíssima, são poucas pessoas para cuidar de um patrimônio tão rico”, afirma o arquiteto Genildo Coelho Filho, especialista em patrimônio e ex-membro do Conselho Estadual de Cultura.

Para ele, o processo de tombamento no Estado é lento. “O grande mau exemplo disso é o Palácio das Águias, cujo processo levou mais de 15 anos e foi efetivado apenas em 1998. Agora não vai se recuperar nem 10% da construção”, analisa, citando o casarão que teria hospedado Dom Pedro II em sua passagem pelo Espírito Santo.

Localizado na barra do Rio

FÁBIO DE OLIVEIRA LIMA/DIVULGAÇÃO



- 1. O tombamento da Igreja Velha, em São Mateus, foi solicitado em 1991 e está sem resolução
- 2. A Estação Matilde, em Alfredo Chaves, está sendo restaurada e vai abrigar um centro cultural
- 3. O resultado da licitação para restauro do Palácio das Águias, em Marataízes, sai amanhã
- 4. Demétrio Ribeiro, primeiro núcleo de povoamento de João Neiva, aguarda tombamento

Itapemirim, em Marataízes, o Palácio das Águias, junto com seu trapiche, formava um imponente conjunto erguido na segunda metade do século XIX, do qual restam apenas ruínas. O processo de licitação para restauro termina amanhã.

“A destruição desses bens é culpa de herdeiros, dos municípios e do governo. Mas acho que a maior culpada é a sociedade que se calou diante da destruição de um imóvel tão antigo”, diz o arquiteto.

DEMOLIÇÃO

Além de tombar imóveis, o Conselho Estadual de Cultura também atua na fiscalização do patrimônio. Mas dois fatos recentes mostram a má conservação dos bens tombados: a demolição de um prédio em Muqui, há cerca de um mês, e um incêndio no Porto de São Mateus, no final do ano passado, dois sítios históricos do Estado.

No caso de Muqui, a obra foi embargada e, em São Mateus, a prefeitura promete revitalizar o

porto. “Nós temos um grande projeto de restauração desses casarões e também de acessibilidade. Estamos conversando com a Secult”, afirma Pedro Moraes, gerente de patrimônio da Prefeitura de São Mateus.

“O tombamento não é a única forma de conservação e não garante que o imóvel seja preservado”, afirma Coelho Filho. “Seria necessário que o Estado criasse um instituto com um corpo técnico de especialistas para tratar desse patrimônio todo. A subsecretaria foi um avanço, agora precisamos ir além”.

A subsecretária de Patrimônio do Estado quer dividir essa responsabilidade com os municípios: “Não temos olhos para ficar diariamente presentes. É muito importante a formação dos conselhos municipais de cultura, que são os órgãos de fiscalização local”.

Segundo a Secult, existem 16 conselhos municipais em atividade. Mas, entre as cidades listadas pela secretaria, nem todos estão em pleno funcionamento.

Na Capital, o conselho não tem autonomia para tombar um imóvel. O mesmo acontece em Cachoeiro de Itapemirim.

Na Região Serrana, duas outras cidades sofrem com a falta de atividade do órgão. Em Alfredo Chaves, o conselho está parado no momento, já que o mandato dos antigos membros expirou; e em Domingos Martins a instância ainda está em processo de implantação.

O oposto disso ocorre em Muqui, onde o Conselho Municipal de Cultura completa dez anos de atividade. Mas para Cyro Lethieri, presidente do conselho, a preservação ainda encontra dificuldades em todos os setores da sociedade. “A Secult de uns tempos pra cá ficou mais próxima, depois de muito tempo ausente. O Iphan está mais perto”.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) está avaliando o sítio histórico de Muqui para um possível tombamento federal, enquanto o CEC jamais aprovou o tombamento estadual.

GILDO LOYOLA

DIVULGAÇÃO



FÁBIO VICENTINI

Aposentada cuida da Estação Leopoldina

■ Aos 97 anos, a aposentada Raulina Jesus da Silva talvez seja a pessoa mais preocupada com a conservação da Estação Leopoldina, em Argolas, Vila Velha. A análise para tombamento do prédio foi solicitada em 1999,

mas bem antes disso Dona Raulina já cuidava do patrimônio abandonado. Sozinha, ela varre o prédio de três em três dias, sem esperar pela ação pública. “Eu gosto de manter limpo”, conta. Segundo a subsecretária de Patrimônio da Secult, Ana Saiter, o prédio pertence à rede ferroviária federal e será repassado para o Iphan, mas a data ainda não foi definida.